

MODELO DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA – LICITAÇÃO



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
SECRETARIA GERAL DE INFORMÁTICA

(Processo Administrativo nº **23112.002314/2025-41**)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **xx/xxxx**, QUE FAZEM
ENTRE SI A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SÃO CARLOS E

A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - FUFSCAR, por intermédio da SECRETARIA GERAL DE INFORMÁTICA, com sede na Rod. Washington Luís km 235 - SP-310 - São Carlos CEP 13565-905, na cidade de SÃO CARLOS/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 45.358.058/0008-16, neste ato representada pelo o Secretário Geral de Informática - Erick Lazaro Melo, nomeado pela Portaria nº 3.171, de 19 de julho de 2018, publicada no *DOU* de 16 de julho de 2018, portador da Matrícula Funcional nº 1995470, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) **[CONTRATADO]**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **[CNPJ]**, sediado(a) na **[endereço]**, na cidade de **[cidade]/[UF]**, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por **[nome e função no CONTRATADO]**, conforme **[atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos]**, tendo em vista o que consta no Processo nº **xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 90001/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de Contratação de serviços comuns de engenharia, de baixa complexidade técnica e operacional, sob demanda e sem dedicação exclusiva de mão de obra, com recorrência de fornecimento, instalação e certificação de infraestrutura seca, cabeamento estruturado, cabeamento óptico, para o atendimento das demandas dos campi da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CABO UTP CATEGORIA 6	375493	metro	8.000		
2	CABO UTP CATEGORIA 6A	474228	metro	2.000		

3	SERVIÇO DE PASSAGEM DE CABO DE REDE UTP	27570	metro	10.000		
4	CONECTOR DE REDE RJ45 FÊMEA CAT6	469535	unidade	600		
5	CONECTOR DE REDE RJ45 FÊMEA CAT6A	469535	unidade	60		
6	CONECTOR DE REDE RJ45 MACHO CAT6	448853	unidade	60		
7	CONECTOR DE REDE RJ45 MACHO CAT6A	448853	unidade	30		
8	SERVIÇO DE CONECTORIZAÇÃO DE CONECTOR DE REDE MACHO CAT.5E/6/6A	27570	unidade	100		
9	SERVIÇO DE CONECTORIZAÇÃO DE CONECTOR DE REDE FÊMEA CAT.5E/6/6A	27570	unidade	700		
10	SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO DE PONTOS DE REDE UTP	27570	unidade	200		
11	CERTIFICAÇÃO DE PONTO DE REDE METÁLICO COM EMISSÃO DE RELATÓRIO	27570	unidade	200		
12	PATCH PANEL 24 PORTAS MODULAR DESCARREGADO	377602	unidade	20		
13	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DE PATCH PANEL	2178	unidade	20		
14	PATCH CORD CATEGORIA 6 1,5M	437666	unidade	500		
15	PATCH CORD CATEGORIA 6 2,5M	455784	unidade	100		
16	PATCH CORD CATEGORIA 6A 2,5M	474228	unidade	25		
17	PATCH CORD CATEGORIA 6 5,0M	474228	unidade	50		
18	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DE PATCH CORD UTP CAT 5E,6 OU 6A	2178	unidade	600		
19	ORGANIZADOR/GUIA DE CABOS HORIZONTAL DE 1U DE ALTA DENSIDADE	386875	unidade	20		
20	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DE ORGANIZADOR DE CABOS HORIZONTAL	2178	unidade	20		
21	ELETRODUTO RÍGIDO EM PVC 3/4" 3 metros	244559	unidade	200		
22	ELETRODUTO RÍGIDO EM PVC 1" 3 metros	250511	unidade	50		
23	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE ELETRODUTO RÍGIDO EM PVC 3/4" ou 1"	27570	metro	750		
24	ELETRODUTO RÍGIDO GALVANIZADO A FOGO 3/4", 3 METROS, COM ACESSÓRIOS DE FIXAÇÃO, UNIÃO E DERIVAÇÃO	430253	unidade	50		
25	ELETRODUTO RÍGIDO GALVANIZADO A FOGO 1", 3 METROS, COM ACESSÓRIOS DE FIXAÇÃO, UNIÃO E DERIVAÇÃO	427826	unidade	50		
26	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE ELETRODUTO RÍGIDO GALVANIZADO A FOGO 3/4" ou 1", COM ACESSÓRIOS DE FIXAÇÃO, UNIÃO E DERIVAÇÃO	27570	metro	300		

27	CONDULETE DE ALUMÍNIO, TIPO X, PARA ELETRODUTO 3/4", APARENTE	256676	unidade	300		
28	CONDULETE DE ALUMÍNIO, TIPO X, PARA ELETRODUTO 1", APARENTE	256529	unidade	300		
29	CONDULETE DE PVC, TIPO X, CINZA PARA ELETRODUTO 3/4", APARENTE	265284	unidade	50		
30	CONDULETE DE PVC, TIPO X, CINZA, PARA ELETRODUTO 1", APARENTE	265284	unidade	50		
31	TAMPA DE ALUMÍNIO, PARA CONDULETE 3/4"	347611	unidade	300		
32	TAMPA DE ALUMÍNIO, PARA CONDULETE 1"	340043	unidade	75		
33	TAMPA DE PVC, PARA CONDULETE 3/4"	394452	unidade	50		
34	TAMPA DE PVC, PARA CONDULETE 1"	453674	unidade	50		
35	MÓDULO DE TOMADA 2P + T 10A 250V	614591	unidade	500		
36	MODULO DE INTERRUPTOR 10A 250V	483582	unidade	300		
37	MÓDULO KEYSTONE HDMI 2.0 + EXTENSÃO FLEXÍVEL	482664	unidade	300		
38	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL 2,5MM 750V	324952	metro	4.000		
39	SERVIÇO DE PASSAGEM DE CABO ELÉTRICO	14354	metro	4.000		
40	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE CONDULETE	5606	unidade	700		
41	ELETROCALHA GALVANIZADA , 3 METROS, LISA, TIPO "U", CH 22, 200 x 50, COM TAMPA, DERIVAÇÕES E ACESSÓRIOS DE FIXAÇÃO	619741	unidade	150		
42	ELETROCALHA GALVANIZADA, 3 METROS, LISA, TIPO "U", CH 22, 50X50 COM TAMPA, DERIVAÇÕES E ACESSÓRIOS DE FIXAÇÃO	426246	unidade	300		
43	PERFILADO GALVANIZADO, 3 METROS, LISO, TIPO "U", CH 22, 38X38, COM TAMPA, DERIVAÇÕES E ACESSÓRIOS DE FIXAÇÃO	427944	unidade	400		
44	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE ELETROCALHA OU PERFILADO	5606	metro	850		
45	CANAleta DE ALUMÍNIO ANODIZADO, COM TAMPA, 3 METROS	485704	unidade	100		
46	PORTA EQUIPAMENTOS PARA CANALETA DE ALUMÍNIO 73mm(L) x 45mm(H)	455659	unidade	60		
47	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE CANALETAS DE ALUMÍNIO, E CAIXAS DE CONEXÃO, COM ACESSÓRIOS DE FIXAÇÃO, UNIÃO E DERIVAÇÃO	5606	metro	300		
48	CABO ÓPTICO SUBTERRÂNEO MONOMODO (4FO) GELEADO	348309	metro	5.000		
49	SERVIÇO DE PASSAGEM/INSTALAÇÃO DE CABO ÓPTICO SUBTERRÂNEO	5606	metro	5.000		
50	CABO ÓPTICO AÉREO AUTOSSUSTENTAVEL DROP-F8-SM04F COG	348309	metro	3.000		
51	SERVIÇO DE PASSAGEM/INSTALAÇÃO DE CABO ÓPTICO AÉREO AUTOSSUSTENTAVEL	5606	metro	5.000		

	DROP-F8-SM COG COM FORNECIMENTO DE TODOS OS ACESSÓRIOS PARA SUA PASSAGEM E INSTALAÇÃO, COMO FERRAGENS DE ANCORAGEM E FIXAÇÃO EM POSTES					
52	CABO ÓPTICO MONOMODO 4 FO INDOOR/OUTDOOR	348309	metro	2.500		
53	SERVIÇO DE PASSAGEM/INSTALAÇÃO DE CABO ÓPTICO MONOMODO INDOOR/OUTDOR, COM FORNECIMENTO DOS ACESSÓRIOS PARA SUA INSTALAÇÃO	5606	metro	5.000		
54	CABO ÓPTICO SUBTERRÂNEO MONOMODO (72FO) Geleado	393168	metro	1.300		
55	CAIXA DE EMENDA ÓPTICA (CEO) 6FO	606930	unidade	20		
56	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE CAIXA DE EMENDA ÓPTICA ATÉ 12FO, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA SUA INSTALAÇÃO	2178	unidade	60		
57	CAIXA DE EMENDA ÓPTICA (CEO) 12FO	606930	unidade	20		
58	CAIXA DE EMENDA ÓPTICA (CEO) 72FO	606930	unidade	5		
59	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE CAIXA DE EMENDA ÓPTICA 72 FO, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA SUA INSTALAÇÃO	2178	unidade	60		
60	CAIXA HERMÉTICA	606930	unidade	15		
61	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE CAIXA HERMÉTICA	2178	unidade	25		
62	CAIXA DE TERMINAÇÃO ÓPTICA (CTO) 12 FO	606930	unidade	25		
63	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE CAIXA DE TERMINAÇÃO ÓPTICA (CTO) ATÉ 12 FO, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA SUA INSTALAÇÃO	2178	unidade	25		
64	DISTRIBUIDOR INTERNO ÓPTICO (DIO) 4FO SM, COMPLETO	125563	unidade	25		
65	DISTRIBUIDOR INTERNO ÓPTICO (DIO) 12FO SM SC UPC ou LC UPC, COMPLETO	125563	unidade	20		
66	DISTRIBUIDOR INTERNO ÓPTICO (DIO) 144 FO SM LC APC, COMPLETO	125563	unidade	4		
67	MÓDULO DE EMENDA 12 FO, COMPLETO	604215	unidade	36		
68	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE DISTRIBUIDOR INTERNO ÓPTICO (DIO) COM O FORNECIMENTO DE TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA FIXAÇÃO	2178	unidade	60		
69	SERVIÇO DE EMENDA DE CABO ÓPTICO, POR MEIO DE FUSÃO	19690	unidade	350		
70	SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO DE FIBRA ÓPTICA	2178	unidade	250		

71	SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO DE LOCAL DE ROMPIMENTO DE FIBRA ÓPTICA COM USO DE OTDR	13684	unidade	25		
72	CERTIFICAÇÃO DE FIBRA ÓPTICA COM OTDR	13684	unidade	50		
73	CORDÃO ÓPTICO SC-SC UPC 1,5M/2M DUPLEX	404621	unidade	150		
74	CORDÃO ÓPTICO SC-SC UPC 2,5M/3M DUPLEX	398303	unidade	150		
75	CORDÃO ÓPTICO LC-SC UPC 1,5M/2M DUPLEX	437886	unidade	150		
76	CORDÃO ÓPTICO LC-SC UPC 2,5M/3M DUPLEX	437886	unidade	150		
77	CORDÃO ÓPTICO LC-LC APC 1,5M/2M DUPLEX	604458	unidade	150		
78	CORDÃO ÓPTICO LC-LC APC 2,5M/3M DUPLEX	43081	unidade	150		
79	CORDÃO ÓPTICO LC-LC APC 5M/10M DUPLEX	43081	unidade	100		
80	CORDÃO ÓPTICO SC-LC APC 5M/10M DUPLEX	437886	unidade	100		
81	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE CORDÃO ÓPTICO	2178	unidade	250		
82	PIGTAIL ÓPTICO SM	437886	unidade	300		
83	PIGTAIL ÓPTICO MM OM4	603642	unidade	100		
84	ACOMPLADOR ÓPTICO SIMPLEX SM	486617	unidade	150		
85	ACOPLADOR ÓPTICO MM OM4	486617	unidade	150		
86	SERVIÇO DE LIMPEZA DE CAIXA DE PASSAGEM	2950	unidade	30		
87	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO, LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO DE DUTO DE PASSAGEM SUBTERRÂNEO	2950	metro	500		
88	RACK DE REDES 12U	422721	unidade	20		
89	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO COMPLETA DE RACK DE REDE	27570	unidade	20		
90	SERVIÇO DE RETIRADA DE RACK DE REDE DE PAREDE	27570	unidade	20		
91	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE RACK ATÉ 44U, INCLUINDO LIMPEZA, ORGANIZAÇÃO DE CABOS DE REDE, ÓPTICOS E ELÉTRICOS	27570	unidade	30		
92	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO OU REMOÇÃO DE EQUIPAMENTO DE REDE (ACCESS POINT, CÂMERA IP, PROJETORES) ATÉ 2M	2178	unidade	200		
93	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO OU REMOÇÃO DE EQUIPAMENTO DE REDE EM ALTURA SUPERIOR A 2M	2178	unidade	100		
94	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE EQUIPAMENTO DE REDE INSTALADO EM ALTURA ATÉ 2M, INCLUINDO LIMPEZA, REAPERTO DE CONEXÕES E REIDENTIFICAÇÃO.	2178	unidade	200		
95	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE EQUIPAMENTO DE REDE INSTALADO EM ALTURA SUPERIOR A 2M, INCLUINDO LIMPEZA, REAPERTO DE CONEXÕES E REIDENTIFICAÇÃO.	2178	unidade	100		

96	SERVIÇO DE DE ELABORAÇÃO DE AS-BUILT	13684	unidade	10		
97	SERVIÇO DE ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DE REDE	16684	unidade	15		
98	ELETRODUTO CORRUGADO PEAD 1"	600271	metro	1.000		
99	ELETRODUTO CORRUGADO PEAD 2"	325785	metro	1.000		
100	ELETRODUTO CORRUGADO PEAD 3"	325786	metro	1.000		
101	CAIXA DE PASSAGEM R2 COM TAMPA METÁLICA	454090	unidade	15		
102	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE CAIXA DE PASSAGEM R2	24490	unidade	15		
103	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE ELETRODUTO CORRUGADO	24490	metro	1.000		
104	POSTE SIMPLES ENGASTADO GALVANIZADO A FOGO INSTALADO (CURVO OU COM EXTENSÃO)	479100	unidade	15		
105	CONJUNTO ELÉTRICO INSTALADO EM POSTE	1970	unidade	15		
106	ELETRODUTO CORRUGADO 3/4 COM ALMA DE AÇO	337815	metro	50		
107	ELETRODUTO CORRUGADO 1" COM ALMA DE AÇO	436241	metro	50		
108	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE ELETRODUTO CORRUGADO COM ALMA DE AÇO ATÉ 1"	27570	metro	100		

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução é o de *empreitada por preço unitário*.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contados a partir da última assinatura das partes contratantes, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- 2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
- 2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

- 2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

*O valor total da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxxx)***

- 5.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.2. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

- 6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

- 7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. São obrigações do CONTRATANTE:
- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
 - 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
 - 8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
 - 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto CONTRATADO;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 60 (sessenta) dias;

8.1.12. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

8.1.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

8.1.15. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo CONTRATADO, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;

8.1.16. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 9.2. Recolher e encaminhar a Anotação de Responsabilidade Técnica ou Registro de Responsabilidade Técnica relativa execução dos serviços contratados, em até 5 (cinco) dias úteis a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP
- 9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- 9.6.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 9.6.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 9.6.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
 - 9.6.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - 9.6.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 9.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadiplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.8. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.9. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.11. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

- 9.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.16. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.17. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.18. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.20. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.21. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.22. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.23. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.24. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.25. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.26. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.26.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.27. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.28. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.29. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.30. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.31. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

- 9.32. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.33. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.34. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.35. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.36. Efetuar comunicação ao CONTRATANTE, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica nos seguintes locais:

- *UFSCar Campus São Carlos: Rodovia Washington Luís km 235 - SP-310 - São Carlos – CEP 13565-905*
- *UFSCar Campus Araras: Rodovia Anhanguera km 174 - SP-330 - Araras - CEP 13600-970*
- *UFSCar Campus Sorocaba: Rodovia João Leme dos Santos km 110 - SP-264*
- *UFSCar Campus Lagoa do Sino: Rodovia Lauri Simões de Barros km 12 - SP-189 – Bairro Aracaçu - Buri*

- 9.37. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo CONTRATANTE;
- 9.38. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;
- 9.39. Apresentar ao CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 9.40. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 9.41. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;
- 9.42. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do CONTRATANTE;
- 9.43. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;
- 9.44. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;
- 9.45. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 9.46. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto;

9.47. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

9.48. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:

9.48.1. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

9.48.2. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

9.48.3. florestas plantadas; e

9.48.4. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

9.49. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

9.49.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

9.49.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;

9.49.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

9.49.4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o CONTRATADO deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

9.50. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, nos seguintes termos:

9.50.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

9.50.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 2002, o CONTRATADO deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.50.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

9.50.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

9.50.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.50.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.50.3. Em nenhuma hipótese o CONTRATADO poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

9.50.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o CONTRATADO comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

9.51. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.51.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

9.51.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 1990, e legislação correlata.

9.52. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

9.53. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9.54. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

9.55. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.9.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.9.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.9.3. Das indenizações e multas.

13.10. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.11. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.11.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.11.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.12. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: 15266/156403;
- II) Fonte de recursos: 1000000000;
- III) Programa de trabalho: 230967;
- IV) Elemento de despesa: 339040; e
- V) Plano interno: N20RKG01SCN; e
- VI) Nota de empenho: [...];

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em São Carlos, Seção Judiciária de São Paulo para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS: